



**A REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA COMO REVISTA
TIPO:
COMBATES PELA FILOSOFIA NO PERÍODO ENTRE
DITADURAS**

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves¹

Resumo

Neste artigo analisamos a Revista Brasileira de Filosofia, que era órgão oficial do Instituto Brasileiro de Filosofia, sediado na cidade de São Paulo e liderado pelo jurista paulista Miguel Reale. “Revista Tipo”, conceito desenvolvido por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, é um importante instrumental teórico, com o qual problematizamos a dinâmica editorial deste que foi um significativo aparelho privado de hegemonia da intelectualidade autocrática de São Paulo, no período entre ditaduras (1945-1964). Analisamos ainda um aspecto fundamental deste aparelho conservador: o antimarxismo.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Filosofia, Instituto Brasileiro de Filosofia, Miguel Reale, Revista Tipo, antimarxismo.

Abstract

In this article we analyze the Brazilian Magazine of Philosophy, which was an official organ of the Brazilian Institute of Philosophy, headquartered in the city of São Paulo and

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Autor da Tese de Doutorado: “A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil (1949-1964)” [Goiânia: UFG, 2016]; e do livro: “História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia/Convivium (1964-1985)” [Anápolis: UEG, 2017].

led by Miguel Reale. Concepts developed by Antonio Gramsci in “Prison’s notebook” are an important theoretical instrument, with which we question the editorial dynamics of this one that was an significant private apparatus of hegemony of the autocratic intelligentsia of São Paulo, in the period between dictatorships (1945-1964). We also analyze a fundamental aspect of this conservative apparatus: anti-Marxism.

Keywords: Brazilian Magazine of Philosophy, Brazilian Institute of Philosophy, Miguel Reale, Gramsci’s concepts, anti-Marxism.

Introdução

“O pluralismo da ideologia da direita pressupõe uma unidade substancial profunda, inabalável: todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia” Leandro Konder (1979).

Neste artigo abordamos a Revista Brasileira de Filosofia (RBF). Fundada em 1951 na capital paulista, foi órgão oficial do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), o qual surgira um pouco antes, em 1949. A RBF foi um importante instrumento da intelectualidade conservadora reunida no IBF sob a liderança do renomado jurista paulista Miguel Reale (1910-2006), destacando-se: Vicente Ferreira da Silva, Luís Washington Vita, Djacir Menezes, Hélio Jaguaribe, João de Scamtimburgo, Heraldo Barbuy, Antonio Paim, Paulo Mercadante, Renato Cirell Czerna, Celso Lafer, entre outros.

A identificação do IBF como instituição representativa do pensamento conservador no Brasil já foi destacada por Paulo Eduardo Arantes e Leandro Konder. Segundo Arantes (1994, p. 88-107), a “direita” representada pelo IBF propunha uma análise positiva do nosso passado histórico. Konder (2005, p. 335-374) identifica a “perspectiva conservadora” citando, por exemplo, Djacir Menezes (membro da seção carioca do IBF e do conselho de redação da RBF) que defendia a dimensão da continuidade no processo histórico brasileiro, repelindo o reconhecimento da importância de qualquer ruptura histórica, de forma que a concepção conservadora é marcada por uma desenvolva apologia das forças que comandaram a história brasileira. Essa perspectiva conservadora e autocrática será o grande pano de fundo que ordenará o principal aparelho

ibeefeano: a RBF, que foi publicada ininterruptamente por praticamente cinco décadas como um aparato para os combates pela filosofia.

A Revista Brasileira de Filosofia como *revista tipo* (1951-1964)

Um artigo publicado na RBF em língua italiana, em 1956, da autoria de Alfredo Parente, intitulado “*La Critica*” di Benedetto Croce nella cultura italiana, é particularmente profícuo para discutir a dinâmica editorial do periódico ibeefeano e da sua relação com Benedetto Croce, o qual era uma referência constante para a RBF. Segundo Parente, *La Critica* surgiu em 1903 e seguiu sendo publicada até 1944. Ao lado da *Enciclopédia Italiana* (1929-1936), organizada por Giovanni Gentile, a revista de Croce é reconhecida como o maior empreendimento cultural dos primeiros anos do século XX, na Itália (cf. BADALONI, 1990, p. 52). A grande constância vinha acompanhada de uma característica organizativa interna: o sistema único de conceitos e escrita e ao próprio Croce: “Singularíssimo caso, na história da cultura, este de um periódico de longa duração ‘configurado a partir de um único sistema de conceitos e escrita, se não exclusivamente, mas na maior parte [como obra] de um único homem [Croce]’” (PARENTE, 1956, p. 173). A questão é se isso poderia ser aplicado à RBF, já que *La Critica* foi dominada pela personalidade de seu diretor, tendo colaboradores ocasionais — “convidados e não caracterizadores” —, sequazes assíduos e amigos convenientes (G. Citanna, G. De Ruggiero, A. Omodeo). Nos anos 1944-1951, a revista evoluiu para a publicação de obras de Croce exclusivamente, nos chamados “*Quaderni della Critica*” (cf. BADALONI, 1990, p. 53). Retomando a discussão de Gramsci sobre as “revistas tipo”, é possível analisar esse aspecto essencial sugerido por Parente.

Segundo o marxista italiano, uma revista tipo deve ter um endereço intelectual muito unitário, isto é, deve haver uma redação homogênea e disciplinada, na qual poucos colaboradores “principais” devem escrever o corpo essencial de cada um dos fascículos; o endereço da redação deve ser fortemente organizado de modo a produzir um trabalho homogêneo do ponto de vista intelectual; deve haver um estatuto escrito que impeça rugas, conflitos e contradições (cf. GRAMSCI, 2007, p. 2263). Gramsci afirma que “A revista tipo ‘Crítica’ de Croce e ‘Política’ de Coppola e Rocco demanda imediatamente

um corpo de redatores especializados, capaz de fornecer com uma certa periodicidade um material selecionado cientificamente” (Idem, p. 308).

Uma análise revela o grau de estabilidade do *Conselho de Redação* da RBF com a permanência de seus quadros — o que aliás foi observado por Elisabete de Pádua (1998, p. 55-56). A RBF teve um Conselho de Redação relativamente estável e ativo², sendo seu núcleo duro a sede (São Paulo) com nenhum desligamento de membros no período demarcado (1951-1964), somente os falecimentos de V. F. da Silva, em 1963, e mais tarde L. W. Vita, em 1968. Mas nada comparável à *La Critica*, que foi escrita por Croce e alguns poucos convidados e colaboradores.

Em 1955, encontramos uma das formas pelas quais se tenta conformar um endereço intelectual inconfundível à RBF. Conforme o editorial “Primeiro Lustrro” assinado pela “Comissão de Redação”, comemorativo do aniversário de cinco anos completos da revista, afirma-se:

Não pode ser editado o presente fascículo de nossa Revista sem se observar que chegamos ao quinto ano de existência, com plena fidelidade ao programa inicialmente proposto. [...] Já, hoje em dia, sabemos que os cinco volumes da Revista Brasileira de Filosofia *constituem um repertório insubstituível do pensamento nacional*, não só pelos escritos atuais, mas também pela publicação das páginas melhores daqueles que no Brasil se dedicaram à Filosofia. Nosso intuito foi, aliás, o de estabelecer um traço de união entre o passado e o presente, a fim de pormos termo a uma atividade especulativa que se tem assinalado por sua perene dependência do pensamento alienígena, sem a coragem de ao menos remeditar os temas propostos em cada época. Preferimos, desse modo, ser apontados como “filosofantes” a continuarmos a tradição de “glozadores de filosofia”, cujos descendentes se encarregarão de fazer glosas de nossos filosofemas...

Na Revista encontra-se refletida a ação criadora do Instituto Brasileiro de Filosofia neste primeiro lustro, que nos permitiu realizar uma obra a que o tempo fará a devida justiça, mas que já tem sido posta em realce nos mais altos centros culturais do mundo, e de que são marcos inesquecíveis dois Congressos nacionais e um Congresso Internacional de Filosofia.

² Da seções estaduais do IBF, relaciona-se os seguintes membros (com entradas e saídas do Conselho de Redação): (i) *Seção de São Paulo*: Renato Cirell Czerna, Vicente Ferreira da Silva, João de Scantimburgo, Heraldó Barbuy, Irineu Strenger, Luís Washington Vita (entrou em 1954) e Theophilo Cavalcanti F.º (entrou em 1963); (ii) *Seção do Rio de Janeiro*: Pontes de Miranda (saiu em 1958), Euryalo Cannabrava (saiu em 1953), Hélio Jaguaribe (saiu em 1958), Djacir Menezes (entrou em 1953) e Evaristo de Moraes F.º (entrou em 1958); (iii) *Seção de Curitiba*: Gabriel Munhoz da Rocha (saiu em 1958) e Newton Carneiro Afonso da Costa (entrou em 1958); (iv) *Seção de Recife*: Luiz Pinto Ferreira, Glaucio Veiga e Newton Sucupira (entrou em 1961). (v) *Seção de Salvador*: Romano Galeffi e A. L. Machado Neto (entrou em 1961 e transfere-se para Brasília no ano seguinte); (vi) *Seção de Fortaleza*: Moacir Teixeira de Aguiar (entrou em 1963).

No período de 1951-1964, foram publicados um total de 532 artigos. Os membros da Comissão de Redação foram responsáveis pela publicação de 186 artigos, ou seja, 35%. Os membros de São Paulo publicaram 125 artigos, isto é, 23% do total. A seguir, o número de publicações de cada intelectual: São Paulo: L.W.Vita (39 artigos), M. Reale (22), R.C.Czerna (18), V.F.Silva (17), H. Barbuy (11), I.Strenger (8), T. Cavalcanti F.º (3), J.Scantimburgo (1). Rio de Janeiro: D. Menezes (8), H.Jaguaribe (3), Euryalo Cannabrava (3), P. de Miranda (1). Curitiba: N.A.C.Costa (8), G.M.da Rocha (2). Recife: L.P.Ferreira (9), G.Veiga (5), N.Sucupira (1). Salvador: A.L.Machado Neto (11), R. Galeffi (10).

Desejamos aqui os nossos mais efusivos agradecimentos aos que nos têm dado apoio cultural ou financeiro, e estamos certos de que não nos faltará dedicação para o prosseguimento de uma obra de significado superior a quaisquer interesses pessoais.

A comissão de redação
(RBF, 1955, p. 495).

Nesse editorial, cujo colorido é de um escrito de polêmica e combate, busca-se a afirmação de uma personalidade ibeifeana de identificação com o chamado “pensamento nacional”, que é também uma forma de legitimação, derivada de uma autoridade intelectual, representante da meditação de caráter “nacional”. Apesar da corrente ibeifeana não considerar o que haveria de especificamente nativo nesta reflexão dita “nacional”, a não ser o fato de seus autores terem nascido no Brasil ou dos textos e obras terem sido gestados dentro dos limites territoriais brasileiros, a RBF apresenta-se com registro e posição inconfundível da afirmada alta meditação — “*filosófica*” — desenvolvida por uma intelectualidade reconhecida como *inteligência nacional*. Esta é a forma pela qual o periódico buscou o estabelecimento de seu endereço intelectual. Com efeito, este endereço intelectual é uma capa ideológica de validação para o pensamento autocrático, já que nunca se pode dar as caras totalmente.

Parente afirma que a obra de Croce (fundamentalmente os quatro volumes da “*Filosofia dello Spirito*” — *Estetica, Logica, Filosofia della pratica e Teoria e storia della storiografia*) não teria tido tanta influência se não fosse a “implacável” distribuição bimestral de *La Critica*, que era um instrumento de polêmica. Em relação à divulgação sistemática do pensamento de Croce, Parente afirma que as formas rápidas de ensaios (*saggi*), resenhas (*recensioni*), observações e notas (*postille*), e uma variedade de escritos, servem de “estímulo intelectual e moral, muito eficaz, do mesmo raciocínio” (*dello stesso ragionamento*) (PARENTE, 1956, p. 174). Portanto, trata-se de um exercício de repetição continuada de um determinado pensamento em diferentes gêneros textuais acadêmicos. É Gramsci quem nos permite compreender a dimensão do trabalho educativo-formativo de um centro de cultura homogêneo: “A ‘repetição’ paciente e sistemática é um princípio metódico fundamental: mas a repetição não mecânica, ‘obsessiva’, material”, e cada conceito deve ser adaptado “às diferentes características e tradições culturais, sempre relacionando cada fator parcial com a totalidade” (GRAMSCI, 2007, p. 2268). Esta repetição sistemática, por meio do desenvolvimento das concepções de Reale, serão observadas sobretudo em L. W. Vita e R. C. Czerna, sendo que este foi um dos seus

maiores discípulos na academia; além deles, darão importantes contribuições à perspectiva realiana, G. Veiga, I. Strenger e Nelson Nogueira Saldanha.

Mesmo aí é possível notar mais uma característica em que a revista de Croce é modelar para a RBF: em 1953 Reale conclui a obra *Filosofia do Direito*. Na época, seus vários tomos foram tidos como a finalização da chamada “teoria tridimensional do direito”, que o autor vinha desenvolvendo de forma sistemática desde os dois livros de 1940, *Fundamentos do Direito e Teoria do Direito e do Estado*. A obra de Reale passa a ser divulgada na RBF, por ele mesmo, ou por comentadores em resenhas³ e artigos⁴. Constata-se também a publicação de escritos de enaltecimento da figura do jurista paulista, quando de seu aniversário de 50 anos, em 1961⁵. Do ponto de vista científico e teórico, não se reconhece estes escritos que visam a personalidade de Reale, mas esses demonstram que o movimento ibeefeano busca estabelecer proeminência à pessoa do jurista paulista. Isto não pode ser tido como um capricho de Reale e seus sequazes, ainda que aí se reconheça certo fervor exabundante. Soerguer Reale é de fato a necessidade de promover a distinção do líder e seus atributos intelectuais, legitimando, por conseguinte,

³ Obras de Reale resenhadas, edições da RBF e seus resenhistas: *Filosofia do Direito* (1953, 2 ed. 1957), RBF-jan./mar. 1954, resenhada por: P. Barreto, V.F. da Silva, L.W. Vita, R.C. Czerna, T. Cavalcanti F.º, C. Motta F.º, J.A. Haddad; RBF-out./dez. 1954: M.H. Figueroa; RBF- jan./mar. 1958: L.W. Vita; RBF-abr./jun. 1958: P.D. Gusmão; RBF-jul./set. 1958: E. Moraes F.º; RBF-jan./mar. 1963: T. Cavalcanti F.º. *Concreção de fato, valor e norma no direito romano clássico* (1954), RBF-abr./jun. 1955: P.D.Gusmão. *Horizontes do direito e da história* (1956), RBF-jan./mar. 1956: L.V.Acker, P.D.Gusmão; RBF- abr./jun. 1956: L.W.Vita; RBF-out./dez. 1957: L.R.Siches. *Filosofia del Diritto* (1956, tradução italiana de *Filosofia do Direito*), RBF-out./dez. 1956: T. Cavalcanti F.º, J.F. Marques; RBF-out./dez. 1957: T.S. Cavalcante. *Momentos decisivos e olvidados do pensamento brasileiro* (1957), RBF-abr./jun. 1958: L.V. Acker; RBF-jul./set. 1958: L.W. Vita. *Teoria do direito e do estado* (1940, 2 ed. 1960), RBF-jan./mar. 1961: T. Cavalcanti F.º. *Filosofia em São Paulo* (1962), RBF-abr./jun. 1962: L.W. Vita. *Pluralismo e liberdade* (1963), RBF-jan./mar. 1964: Plínio Salgado; RBF-abr./jun. 1964: T.Cavalcanti F.º.

⁴ Artigos cuja temática e/ou abordagem giram em torno da obra de Reale: CZERNA, R.C. *Criticismo ontognoseológico e tridimensionalidade*. RBF-jan.mar.1955. BAGOLINI, L. *Filosofia del diritto in Brasile*. RBF-out.dez.1955. REALE, M. *Personalismo e historicismo axiológico*. RBF-out.dez.1955. VEIGA, G. *Sobre um livro de Miguel Reale*. v. 6, n. 2, p. RBF-abr.jun.1956. PINEDA, B. M. *La teoria tridimensional del derecho de Miguel Reale*. RBF-out.dez.1956. REALE, M. *A crise do normativismo jurídico e a exigência de uma normatividade concreta*. RBF-out.dez.1957. VITA, L.W. *Revolução & direito*. RBF-out.dez.1957. FIGUEROA, M. H. *Los valores en la teoria tridimensional*. RBF-abr.jun.1958. REALE, M. *A filosofia e o filósofo no limiar da era interplanetária*. RBF-jul.set.1959. _____. *Fundamentos da concepção tridimensional do direito*. RBF-out.dez.1960. _____. *A jurisprudência à luz da teoria tridimensional do direito*. RBF-jan.mar.1961. SILVA F.º, V. F. *Valor e ser*. RBF-abr.jun.1961. VITA, L. W. *Miguel Reale, historiador das ideias*. RBF-abr.jun.1961. STRENGER, I. *Contribuição de Miguel Reale à teoria do direito e do Estado*. RBF- abr.jun.1961. CZERNA, R. C. *A dialética de implicação e polaridade no criticismo ontognoseológico*. RBF-abr.jun.1961.

⁵ Escritos de exaltação da personalidade de Reale: CAVALCANTI F.º, T. *A obra administrativa do professor Miguel Reale*. RBF-abr./jun. 1961. FERREIRA, P. *Miguel Reale*. RBF-abr./jun. 1961. DUQUE, A. *Presença de Miguel Reale*. RBF-abr./jun. 1961. PÔRTO, M. M. *Miguel Reale na Paraíba*. RBF-abr./jun. 1961. MACHADO NETO, A. L. *Miguel Reale e a cultura nacional*. RBF-abr./jun. 1961. COSSIO, C. *Carta a Miguel Reale*. RBF-out./dez. 1961. BAGOLINI, L. *Carta ao prof. Miguel Reale*. RBF-jul./set. 1963.

a corrente intelectual que lhe orbita. O IBF buscou uma posição de liderança, com o estabelecimento dos estudos sobre o chamado “pensamento nacional” ou “brasileiro”, e Reale se coloca à sua testa, provavelmente sob inspiração daquele que era tido e tratado como modelo: de fato, após a guerra mundial, Croce adotou atividades de “filósofo e líder da cultura europeia” (GRAMSCI, 2007, p. 1207).

O objetivo da reincidência sistemática de uma obra e da figura de seu autor é definido de forma modelar por Parente: trata-se de “um trabalho de penetração sutil” (*lavorio di penetrazione sottile*) “do mesmo raciocínio” (*dello stesso ragionamento*) (PARENTE, cit. supra). Este trabalho sistemático de disseminação vinha junto do movimento para formar “um novo costume no mundo da cultura” (Idem, p. 175). Assim sendo, trabalha-se na difusão de um determinado pensamento tendo por meta a consecução de determinado objetivo, que é cultural e moral — mas também político e social, ainda que se mantenha certo distanciamento desses, como geralmente se colocava o IBF. Mas aqui também se reconhece uma característica similar àquela adotada por Croce, que apesar de suas diferenças e críticas a Gentile, estabelecidas muito antes à retumbante ruptura de 1925, quando respondeu ao filósofo oficial do regime fascista (que publicara o *Manifesto degli intellettuali fascisti*) com a divulgação do *Manifesto degli intellettuali italiani antifascisti*, deixava reservado à *Critica* um espaço para o “encontro da colaboração, através de uma distinção de níveis competência” (BADALONI, 1990, p. 52). Pode-se enumerar muitas semelhanças e fontes de inspiração do projeto da revista crociana para a RBF, sendo uma das mais significativas a concepção do “primado dos intelectuais” (Idem, p. 55-56). Mas o que não se pode perder de vista é o projeto hegemônico que alimentou ambos periódicos, ou seja, o projeto cultural, mas também político e social, de uma *reforma moral*.

A política do IBF é aquela da ordem da política cultural e intelectual, que visa a direção cultural e moral. Segundo Gramsci (2007, p. 33), a difusão a partir de um centro homogêneo de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não a única, da elaboração unitária de uma consciência coletiva dos homens. Retomando o trecho do *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* (1859), de Karl Marx, segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos de estrutura e o levam até o fim no terreno das formas ideológicas (cf. MARX, 2008, p. 46), Gramsci diz que essa é uma afirmação que não se refere puramente à moral e à psicologia dos homens. Esta é também uma afirmação de valor gnosiológico (cf. GRAMSCI, 2007, p. 1249). Segue-se

que o princípio teórico-prático da hegemonia traz uma perspectiva epistemológica, ou seja, de disputa pelas formas e meios pelos quais os homens conhecerão a realidade. Gramsci afirma que: “A realização de um aparelho hegemônico, uma vez que cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Na linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moralidade que está de acordo com uma nova concepção do mundo, se acaba com a introdução também de tal concepção, isto é, se determina uma inteira reforma filosófica” (Idem, p. 1250). Portanto, o que se tem em vista na RBF era a *reforma intelectual e moral*, que tinha no combate do marxismo uma de seus fundamentos, conforme trataremos a seguir.

O antimarxismo ibeefeano

Uma característica fundamental da filosofia autocrática difundida pela RBF é o antimarxismo — em estreita conexão com o anticomunismo dilatado da autocracia burguesa no Brasil. É comum Reale mencionar que na Revista havia espaço para os marxistas, pois fora inspirada por um “ideal pluralista, aberto a todas as doutrinas” (REALE, 1987, p. 220-ss). Todavia não é bem o que parece. Vejamos o que dizem os autores ibeefeanos.

Logo no primeiro número da RBF localizamos o artigo de Euryalo Cannabrava, o qual faz uma crítica mecanicista ao marxismo:

O que falta à doutrina marxista é uma teoria dinâmica que assegurasse a aplicação de leis causais às estruturas das relações econômicas. A crítica mais severa que se poderia fazer ao marxismo reside, precisamente, no fato de ter escapado ao autor da ‘Crítica da Economia Política’ a necessidade de recorrer aos princípios dinâmicos da mecânica para introduzir leis causais no domínio das relações de produção (CANNABRAVA, 1951, p. 36-ss).

O autor parte de um prisma positivista ao sugerir uma dinâmica mecanicista, quando o marxismo poderia ter estabelecido “leis” irredutíveis. Na verdade, considerando as interpretações vulgares do marxismo, como o “etapismo” expresso na fórmula da sucessão dos modos de produção (escravismo antigo – feudalismo – capitalismo – socialismo), nem essa tentativa faltou ao campo marxista, que distorceu a obra marxiana. Essa não deixa de ser também uma forma de escamoteamento da dialética marxista.

Luiz Horta Barbosa discorda de Cannabrava, quando afirma que:

É oportuno apreciar o desentendimento aparentemente profundo que [...] os próprios marxistas e positivistas acreditam existir entre as respectivas

doutrinas. [...] Não há pois [...] nenhuma diferença essencial entre o positivismo e o Diamat [materialismo dialético] (BARBOSA, 1953, p. 107-ss).

Se considerarmos o desenvolvimento que o marxismo teve na União Soviética, sobretudo no período em que Stalin esteve no poder, preponderou uma concepção que buscava as “Leis históricas e a inevitabilidade histórica” (HOBBSAWM, 1998, p. 160). Segundo Eric Hobsbawm, essa tendência fazia uma interpretação vulgar da perspectiva marxiana da história, recaindo na “regularidade rígida e imposta” da “sucessão das formações econômicas” (Idem). Essa rigidez de “leis” inevitáveis na história, que levariam fatalmente à humanidade para o futuro socialista, não deixou de ter uma conexão profunda com outra filosofia materialista: o positivismo. Portanto, vê-se a crítica acertada de Barbosa que bem poderia servir de autocrítica, se adotada por alguns comunistas da época. Não deixava de ser “reconfortante” para a militância de esquerda pensar no socialismo como futuro inexorável.

Essa concepção vulgar, e seu teleologismo, deu espaço à crítica do marxismo como “religião”. Neste sentido, Arnóbio Graça afirma que:

Pelo que, Deus está no centro do homem e da sociedade. Dirige a vida, disciplina nossos atos, concede-nos a liberdade e nos anima a suportarmos com resignação as dores da existência [...]. Nascido no século XIX, o socialismo científico tem sido até hoje uma das doutrinas mais discutidas em todo o mundo. Entretanto, diz Jacques Maritain que há grandes erros e algum lampejo de verdade no marxismo. Este se converteu, segundo o nobre pensador católico, numa espécie de “religião ateísta e terrestre das mais imperativas e certa de ser chamada a substituir todas as outras”. Procura resolver os altos problemas da pessoa e da vida sem o auxílio de Deus. Combate a fraternidade e o perdão. Revela-se fé totalitária e instrumento de morte das outras crenças. [...] julga Maritain que o marxismo tem uma dogmática, fundada no materialismo dialético e histórico; promete o paraíso terreal onde todos gozarão os inevitáveis benefícios do comunismo (GRAÇA, 1951, p. 111-ss).

Assim, o tomista A. Graça lança palavras de forte conteúdo simbólico para os católicos, colocando a questão na forma do fictício embate entre religiões, a cristã e a suposta “religião” ateia marxista. Isso faz com que a discussão seja colocada no patamar da irracionalidade, buscando dissuadir católicos, desviando-os do conhecimento do marxismo. Assim, além de positivista “de menos” (Cannabrava) ou “demais” (Barbosa), o marxismo seria também uma “fé totalitária”. Na RBF, há até quem afirme que o marxismo é “um cristianismo enlouquecido” (cf. CHACON, 1955). Aliás essa é uma crítica recorrente na RBF. Todavia o marxismo seria produto de “falso historicismo” e a sociedade comunista do futuro nada mais que a reafirmação do capitalismo, conforme Heraldo Barbuy:

Falso historicismo para o qual o homem é um produto da história e não a história um produto do homem. Historicismo esse que nega os valores absolutos, como se as afirmações do absoluto fossem puras afirmações históricas e como se fosse tudo unicamente resultado da História. [...] esse historicismo ao contrário considera as sociedades como produtos do desenvolvimento histórico. [...] A teoria mais curiosa neste sentido e que antevê o paraíso terrestre pré-fabricado no futuro, é o marxismo, típica expressão da mentalidade capitalista, para a qual a felicidade tem uma natureza econômica e quantitativa, coincidindo a máxima felicidade com o máximo consumo [...] (BARBUY, 1951, p. 297-ss).

E Vicente Ferreira da Silva diria que:

Se acusou de forma explícita o caráter ideológico-emocional dessa doutrina que se apresenta como uma ciência exata da ordem social. [...] O pensamento que se poderá tornar segundo a orientação dos próximos eventos políticos, a ortodoxia ecumênica mais inexorável que a história jamais conheceu. [...] Não estamos diante de um sistema de pensamento zeloso de seus próprios fundamentos ou de um nexos de verdade que se sustentam mutuamente. Os supostos últimos das afirmações apocalípticas de Marx são meras conjeturas sobre a marcha da História, sobre o determinismo social e a interação das atividades humanas e sobre os valores que devem governar os povos. Estas hipóteses conjeturais são lançadas a esmo e sem qualquer vontade de fundamentação filosófica (SILVA, 1951, p. 363-365).

Portanto, os autores ibeefeanos parecem não confirmar o “caráter pluralista” que Reale afirma sobre o IBF, ainda mais que à crítica somou-se a exclusão dos marxistas, apesar de na época não haver, no Brasil, contribuições relevantes de marxistas à filosofia. O que se tinha, muitas vezes, eram traduções de autores soviéticos. Isso só começaria a se alterar a partir de meados para o fim da década de 50.

O IBF representa um projeto político determinado. E mesmo que não fosse um desejo dos intelectuais ibeefeanos dar muita vazão a este projeto nas páginas da RBF, é possível detectar sua expressão aí. Entretanto, percebe-se também a tentativa de ocultamento das razões políticas. Por exemplo, em editorial comemorativo dos primeiros cinco anos do periódico, afirma-se: “Já, hoje em dia, sabemos que os cinco volumes da *Revista Brasileira de Filosofia* constituem um repertório insubstituível do pensamento nacional” (RBF, 1955). Em *Índice* da RBF, publicado em 2004, Reale disse que na revista se trata do “retrato completo da filosofia no Brasil” (REALE, 2004). Assim, prefere-se recorrer a eufemismos e remeter à nação como forma de legitimação de uma suposta filosofia inteiramente acabada — o chamado “pensamento nacional”. Ainda assim, é fundamental trazer à lume esse aparelho, que buscou a hegemonia no campo da filosofia.

Encontramos nas páginas da RBF argumentos favoráveis à burguesia e uma visão elitista da intelectualidade. Exemplo disto é o artigo “Marxismo e filosofia burguesa”, de Alexandre Augusto de Castro Corrêa:

Mas, o inaceitável é a atitude marxista, negando à burguesia qualquer possibilidade de evolução positiva. Não podemos admitir que a Burguesia seja necessariamente reacionária, nem que seu destino seja morrer, desaparecer, esmagada pelo proletariado. Marx escreveu no século XIX e, depois dele, o socialismo evoluiu, sendo hoje a doutrina talvez mais poderosa na política, na moral, na educação. [...] Todavia, é impossível eliminar totalmente a função da classe burguesa, pois dela, ainda hoje, sai a ciência, a arte, a vida econômica em seu aspecto mais fundamental, representado pelos empreendimentos de longo alcance. [...] O trabalho não tem, por si, a faculdade de organização e criação; deve ser orientado nestes sentidos pela Ciência, e a Ciência é obra de especulação pura, de *pura atividade intelectual*. [...] Estas funções do espírito humano nada têm de prático, são mesmo o contrário da “práxis”, não visam imediatamente transformar o mundo exterior [...] Lembramo-nos de que o profeta da redenção proletária é um burguês e de que seu evangelho é escrito em linguagem burguesa [...] De um modo geral, a organização do Estado e do aparelhamento administrativo, a organização da produção, as Ciências e as Artes, são tarefas próprias duma classe não envolvida na necessidade imediata de transformar as matérias primas. [...] Aliás, com a industrialização crescente do trabalho, chegamos a um ponto de intersecção em que muitas vezes é difícil distinguir a burguesia do proletariado (CORRÊA, 1951, p. 483-ss).

Desta forma, o autor eterniza a sociedade de classes e colocando em ordem de separação irremediável o “trabalho” e a “faculdade de organização e criação”, consagrando a *divisão* entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que nada mais é que uma das formas da divisão social do trabalho (cf. BOTTIGELLI, 1971, p. 176-177). O autor tenta ainda diluir as contradições da sociedade capitalista argumentando a indistinção entre burguesia e proletariado.

Concepção semelhante traria Machado Neto:

É bem conhecida a sua afirmação de referência ao regime perfeito, a ideia pura de Estado, que, segundo eles [Sócrates e Platão], somente poderá ser alcançado “quando os filósofos forem reis, ou os reis forem filósofos”. [...] A situação atual da filosofia é pois muito semelhante à que encontrou Sócrates ao iniciar ao seu labor eminentemente construtivo.

Apenas a situação nos parece agora mais agravada uma vez que os adversários da filosofia e da razão na Grécia socrática eram apenas os sofistas [...] enquanto que em nossos dias a filosofia e a razão têm por adversários os representantes de numerosas e importantes tendências intelectuais, contando-se mesmo entre o seu número muitos daqueles que conscientemente falam em nome da razão. Entre estes últimos poderíamos enquadrar os marxistas, racionalistas tanto em política como em filosofia, mas que chegam logo em seus primeiros desenvolvimentos teóricos (na teoria da ideologia) a consequências cujos reflexos viriam a colocar em sério perigo a antiga respeitabilidade da razão humana. [...] Marx negou à ciência, à religião e à filosofia qualquer validade objetiva, afirmando mesmo que não correspondem à realidade [...] A “Intelligentsia” foi a classe que escolheu Mannheim como aquela que mais desligada dos laços sociais de classe e interesses, mas capacitada estaria para intentar a compreensão da realidade política e social não mais em termos de ideologia, mas em termos de pura verdade. [...] Se ao filósofo não é atribuída a função de governar, lhe é reservado um poder maior e mais cômodo, o de governar os que governam (MACHADO NETO, 1952, p. 718-ss).

Deste modo, a concepção de mandarinato dos intelectuais é comum à IBF, a qual é construída *pari passu* com ataques ao marxismo. No entanto deve-se salientar que tanto Corrêa como Machado Neto, autores dos dois fragmentos supracitados, reconhecem a importância do marxismo, de modo que se havia uma tendência antimarxista na RBF, esta convivia com a indesejada confissão (em um “morde e assopra”) da relevância da concepção marxista.

Os anos 50 são marcados por forte movimentação intelectual e de disputa entre concepções autocráticas e antiautocráticas. Obviamente os intelectuais em geral, no Brasil, nunca tiveram uma posição de destaque como no iluminismo, mas o autor joga com a ilusão de uma suposta *intelligentsia* dirigente. Não que não houvesse quadros destacados, intelectuais orgânicos de relativa importância para a classe dominante, mas o intuito do autor é a identificação da intelectualidade com a classe dominante que lhe mantém em relação de submissão. Mesmo que os intelectuais sejam os sistematizadores de ideologias essenciais para o exercício da hegemonia, como o foi Croce, como de certa forma pretendeu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sua relação com a classe dominante é de subalternidade e dependência — ao contrário do milenar ideal platoniano, do governo dos *reis que são filósofos* e dos *filósofos que são reis*. A divisão social do trabalho do sistema capitalista torna tal ideal uma impossibilidade. E a sua tarefa é combater a disseminação de concepções revolucionárias e transformadoras, que têm no marxismo sua principal ferramenta teórica — e mesmo movimentos sociais e transformações que possam apontar para um horizonte marcado pela ascensão do proletariado. É o que se pode observar nos fragmentos a seguir, da autoria de Luiz Pinto Ferreira:

i- O proletário pretende explicar-se, dizia o nosso Eça de Queiroz; quer por um lado contar a sua miséria, por outro provar o seu direito. O simples bom senso indica que deixe falar o proletário.
Mas prossegue Eça no seu prostrar elegante e irônico: “Desdigamo-lo depois quando ele mentir, refutemo-lo quando errar. É muito mais cômodo encontrarmo-nos com quem represente o proletário, sossegadamente, na sala do Cassino, do que encontrarmos o próprio proletário mudo, taciturno, pálido de ambição ou de fome, armado de um chuço à embocadura de uma rua. [...] O proletário inglês não espingardeia os seus governos pela razão de que fala nos *meetings*” (FERREIRA, 1953a, p. 456-ss)⁶.

⁶ Trata-se da obra *Uma campanha alegre* (Lisboa, 1946), de Eça de Queiroz.

ii- Todas as nações progressistas, desde os Estados Unidos à Inglaterra, desde a França à União Soviética, a Holanda, a Polônia, a Hungria, todos esses países tem procurado uma solução para o descontentamento agrário e a miséria da plebe, como um anteparo à revolução social provocada pela fome.

A nação brasileira deverá assim realizar pouco e pouco a sua reforma agrária, fortalecendo o nível de vida da população campesina, estimulando-lhe a riqueza para desenvolver uma classe média equilibrada e ordeira, instruída e moralmente mobilizada para os grandes feitos da inteligência, a fim de permitir uma robusta floração do gênio artístico, literário e filosófico. [...] As bases éticas do socialismo, num plano de elevada inspiração evangélica e popular, fazem-no a única paisagem social favorável ao florescimento da liberdade, dos novos direitos econômicos do trabalho, indispensável à edificação socialista da sociedade brasileira (FERREIRA, 1953b, p. 663-ss).

Portanto, se é verdade que na RBF houve espaço até mesmo para o socialismo, essa é uma de suas únicas expressões. O autor parte de uma concepção conservadora do proletariado e, utilizando-se das palavras de Eça de Queiroz, reafirma a necessidade de submetê-lo. A discussão de uma reforma agrária feita “pouco a pouco” tampouco é fortuita, já que os dois artigos citados foram escritos em época marcada por conflitos pela terra e pela inserção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em lutas camponesas, como é o caso do conflito de Porecatu, no norte do Paraná (1950-1951), e do movimento na região norte de Goiás, nas localidades de Formoso (1953-1954) e de Trombas (1953-1960). Para o autor pernambucano, essa é provavelmente uma realidade corriqueira, já que na região no entorno de Recife e cidades satélites proliferaram, entre 1945 e 1947, lutas populares. Conhecidas como “ligas” e comandadas pelo PCB, foram precursoras das Ligas Camponesas inicialmente criadas em Pernambuco, em 1955. Em vista disso, Luiz Pinto trata de uma questão social candente e oferece uma versão religiosa e aburguesada do socialismo, antagônica ao socialismo científico.

Para concluir nosso capítulo, quem fornece um resumo da concepção ibeifeana então em formação é Hélio Jaguaribe, “empresário-intelectual” como Reale, que sintetiza o projeto político e a concepção elitista do chamado “homem culto”:

Até princípios do século passado [XIX], o homem culto exercia o comando da sociedade [...]. Disto resultava um mínimo de orientação inteligente e superior para os acontecimentos histórico-sociais. [...] Do ponto de vista socioeconômico, a recuperação da cultura, como visão unitária e total da realidade, depende da *restauração filosófica*. [...] O neokantismo, o culturalismo, o bergsonismo, a fenomenologia e a filosofia existencial marcam a recuperação humanística da filosofia. [...] os esforços de recuperação da cultura se processarão à margem da Universidade, em institutos e outros órgãos livres. No que se refere à cultura, esse fato não teria importância. O que lhe empresta suma gravidade e lhe dá, inclusive, um alcance capaz de neutralizar as tendências de recuperação da cultura, é o fato de que, na sociedade contemporânea, os profissionais e técnicos exercem e tendem a exercer cada vez mais função de classe dirigente. [...] esses homens forçarão um rebaixamento do nível espiritual da época.

Essa tendência se agravará conforme se intensifique a participação das massas trabalhadoras no governo, participação desejável e necessária, por muitas razões, mas perigosa de não for precedida de uma habilitação cultural dos líderes proletários (JAGUARIBE, 1954, p. 16-ss).

Isto posto, o IBF concebe a filosofia e o intelectual como instrumento e agente da classe dominante. Jaguaribe corrobora o ideal da “oligarquia ampliada” que Fernando de Azevedo idealizara nos anos 20, acrescentando a cooptação (“habilitação cultural”) dos líderes proletários. Além disso, com a “restauração filosófica”, coloca o AHF no fulcro da política da classe dominante.

Conclusão

O conceito gramsciano de *revista tipo* é particularmente profícuo para problematizar a dinâmica editorial da RBF, a qual se constituiu em um importante aparato dos intelectuais orgânicos da burguesia, sendo capaz de disseminar de forma sistemática concepções distorcidas do marxismo, atrelada à concepção elitista sobre a sociedade e os intelectuais, além de divulgar de forma ordenada o pensamento do líder ibeefeano. O que permitiu à RBF o estabelecimento de um endereço intelectual foi o “pluralismo da ideologia de direita” (cf. KONDER, 1979), reunindo intelectuais de direita de diferentes vertentes. O aparelho privado de hegemonia IBF no período entre ditaduras (1945-1964) foi um importante instrumento da intelectualidade conservadora e autocrática, unificando a direita em pilares fundamentais: criar barreiras ao marxismo e impedir que a filosofia, uma vez tornada um apêndice da ideologia conservadora, fosse um instrumento dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora na luta pela sua autonomia política e emancipação social.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. “Instinto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60”. In: *Um departamento Francês de Ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BADALONI, Nicola. “La Critica”, l’“Enciclopedia italiana” e altri strumenti organizzativi. In: _____; MUSCETTA, Carlo. *Labriola, Croce, Gentile*. Roma, Laterza, 1990.
- BARBOSA, Luiz H. de B. Horta. “O absoluto e o relativo à luz do Positivismo”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 3, n. 1, p. 107-129, jan./mar. 1953.

- BARBUY, Heraldo. “O mito do progresso”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, n. 3, p. 297-312, 1951.
- BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico*. Lisboa, Editorial Estampa, 1971.
- CANNABRAVA, Euryalo. “Filosofia como síntese reflexiva”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, n. 1-2, p. 36-61, 1951.
- CHACON, Vamireh. “Reflexões sobre o humanismo marxista”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 5, n. 3, p. 432-454, jul./set. 1955.
- CORRÊA, Alexandre Augusto de Castro. “Marxismo e filosofia burguesa”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, n. 4, p. 483-489, out./dez. 1951.
- FERREIRA, Luiz Pinto. “Interpretação econômica da literatura brasileira” [Parte I], *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 3, n. 3, p. 456-476, jul./set. 1953. [1953^a]
- _____. “Interpretação econômica da literatura brasileira” [Parte II], *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 3, n. 4, p. 663-683, out./dez. 1953. [1953^b]
- GRAÇA, Arnóbio. “Humanismo ocidental”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, n. 1-2, p. 111-119, 1951.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. 1 ed. Torino, Einaudi, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das letras, 1998.
- JAGUARIBE, Hélio. “A crise da universidade”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 4, n. 1, p. 16-34, jan./mar. 1954.
- KONDER, Leandro. “A unidade da direita”, *Jornal da República*, 20.9.1979, p. 04.
- _____. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cézár. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACHADO NETO, A. L. “Platão e Mannheim ou *intelligentsia* e poder”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 2, n. 4, p. 718-730, out./dez. 1952.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Ideologia e filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.
- PARENTE, Alfredo. “‘La Critica’ di Benedetto Croce nella cultura italiana”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 6, n. 2, p. 173-176, abr./jun. 1956.
- RBF. “Primeiro Lustrro” (Editorial), *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 5, n. 4, p. 495-496, out./dez. 1955.
- REALE, Miguel. *Memórias: Destinos cruzados*, v. 1. 2 ed. rev. São Paulo, Saraiva, 1987.
- _____. “Apresentação”. In: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). *Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951-2000)*. Salvador, CDPB, 2004.
- SILVA, Vicente Ferreira da. “THEIMER, Walter, Der Marxismus, 1950” (Resenha), *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, n. 3, p. 363-365, 1951.

Recebido em 17 de outubro de 2019

Aprovado em 15 de novembro de 2019

Editado em 15 de dezembro de 2019